
TERMO DE REFERÊNCIA 002/2018

Projeto “Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas”

1. Vagas

Contratação de 01 consultor especialista em estudo e **Manejo de Fogo** em vegetação do Bioma da Amazônia para participar de ações voltadas para a elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Andirá-Marau (AM/PA) da etnia Sateré-Mawé.

2. Contextualização da Instituição

O Centro de Trabalho Indigenista – CTI é uma associação sem fins lucrativos, fundada em março de 1979 por antropólogos e indigenistas. É constituído por profissionais com formação e experiência qualificadas e comprometidos com o futuro dos povos indígenas. Tem como marca de sua identidade e atuação direta em terras indígenas por meio de projetos elaborados a partir de demandas locais, visando contribuir para que os povos indígenas assumam o controle efetivo de seus territórios, esclarecendo-lhes sobre o papel do estado na proteção e garantia dos seus direitos constitucionais.

O CTI atua em terras indígenas inseridas nos biomas Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica e possui as seguintes linhas de ação:

- Apoio às ações de gestão territorial e ambiental
- Apoio ao fortalecimento institucional das associações indígenas
- Ações de formação e fortalecimento cultural

3. O projeto “Consolidando Experiências de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas na Amazônia Brasileira”

O Objetivo geral do projeto é promover a gestão territorial e ambiental sustentável em Terras Indígenas (TIs), contribuindo para a redução do desmatamento, por meio da: (i) implementação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da TI Vale do Javari, localizada no Estado do Amazonas, e do PGTA das TIs Krikati e Governador, no Estado do Maranhão; e (ii) elaboração de PGTA da TI Andirá-Marau, nos Estados do Pará e do Amazonas, e do PGTA da TI Nova Jacundá, no Estado do Pará, no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). O Projeto se dá no âmbito do apoio financeiro do Fundo Amazônia/BNDES.

4. Contexto da elaboração do “Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI Andirá-Marau”

A elaboração do Programa de Gestão Territorial e Ambiental da TI Andirá-Marau busca dar continuidade ao processo de autodeterminação e independência econômica do povo Sateré-Mawé.

O objetivo deste projeto é realizar o etnomapeamento das micro-bacias-hidrográficas que compõem a TI Andirá-Marau, subsidiando as discussões com os Sateré-Mawé e buscando soluções de gestão ambiental e territorial para as pressões ambientais e fundiárias deste território.

A TI Andirá-Marau, segundo informações do CGTSM – Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé – tem em torno de 100 aldeias, com população de 13.350 habitantes (07/2014) tendo sido homologada em 1984, com 788.528 há, situada nos municípios de Maués, Barreirinha, Parintins, Itaituba e Aveiro (AM/PA), com áreas de sobreposição com o Parque Nacional da Amazônia (11%) e com a Floresta Nacional do Pau-Rosa (3%).

Até as primeiras décadas do século XX, os Sateré-Mawé escolhiam lugares preferencialmente nas regiões centrais da mata, próximos às nascentes dos rios, para implantarem seus sítios de família extensa. Nestas regiões, os mais velhos contam que a caça era abundante, encontravam grande quantidade de “filhos de guaraná” (*Paullinia cupana* variedade *sorbillis*), de palmeiras como o açaí, tucumã, pupunha, bacaba, além do mel e da castanha, que constituía sua dieta alimentar. Atualmente, na porção sul da TI Andirá-Marau ainda há áreas preservadas de floresta ombrófila densa essenciais à reprodução de sua vida tradicional.

A proliferação de aldeias às margens dos rios Marau e Andirá vem ocorrendo desde a metade do século XX, e deve-se às interferências das missões religiosas, do extinto SPI, da Funai, dos regatões, das sucessivas epidemias, e mais recentemente dos partidos políticos e dos programas governamentais. Estes fatores levaram os Sateré-Mawé para a beira dos rios, mais próximos do transporte para as cidades de Maués, Barreirinha e Parintins.

Paralelamente a este deslocamento do padrão de ocupação territorial tradicional, nos últimos 30 anos a população da TI Andirá-Marau triplicou. Este sensível crescimento demográfico foi responsável por desmatamentos, devido à abertura de aldeias e roças, ocasionando pressão sobre os estoques de caça e pesca, trazendo preocupação com relação à segurança alimentar das famílias que dependem da conservação dos ecossistemas aquáticos e terrestres.

Além da problemática do desmatamento, a face nordeste da TI Andirá-Marau vem sofrendo pressões devido à expansão de frentes agropastoris, com a instalação de serrarias ilegais e a extração de madeira.

Os *tuxauas* Sateré-Mawé (chefes políticos) atentos às pressões fundiárias na bacia do rio Tapajós, estão mobilizados em verificar a situação das fronteiras durante as expedições para elaboração do PGTA, principalmente na porção sul do território, área de sobreposição com o Parque Nacional da Amazônia e a Floresta Nacional do Pau-Rosa.

Outro eixo a ser trabalhado pelo projeto relaciona-se com a produção do *waraná* (guaraná – *Paullinia cupana variedade sorbillis*), sendo necessário avaliar a necessidade de expansão e limpeza dos guaranazias e propor forma de manejo sustentável dessa espécie, bem como os cuidados para a permanência dos “filhos de guaraná” nas matas altas deste território. Os Sateré-Mawé se auto identificam como filhos do *waraná*, e reiteram este mito de origem no ritual do *çapó* (bebida cotidiana e cerimonial). Entre os produtos que comercializam o *waraná* alcança o melhor preço no mercado regional e internacional (dentro do contexto de “comércio justo e solidário”), incentivando o crescimento do Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé - CPSM.

Finalmente, existe a preocupação dos *tuxauas*, da Funai e do IBAMA com o aumento e intensidade dos incêndios florestais, associado a fatores climáticos, ambientais e socioculturais. Destacam-se alguns fatores como: (i) o aumento populacional nas últimas décadas, com o conseqüente aumento de aldeias e a necessidade de aberturas de novas roças; (ii) a perda e/ou relaxamento de formas tradicionais do manejo do fogo, principalmente entre os mais jovens; (iii) fatores associados as mudanças climáticas (secas mais prolongadas, aumento da biomassa combustível, menor resiliência dos ecossistemas, etc.).

5. Atividades a serem desenvolvidas

São previstos dois anos para realização das atividades do projeto, registradas no quadro seguinte.

Atividade	Período previsto
1. Dois (02) cursos de formação de agentes ambientais indígenas, um no rio Andirá e outro no rio Marau.	20 dias
2. Dez (10) expedições para etnomapeamento nas sub-regiões da TI Andirá-Marau (micro bacias).	Cada expedição varia de 15 a 30 dias
3. Oficinas de trabalho para apresentação dos dados cartográficos para discussão da matriz de planejamento de gestão territorial e ambiental, realizada nos mesmos locais onde ocorreram os cursos de formação dos agentes ambientais indígenas.	20 dias
4. Reuniões devolutivas para discussão dos indicadores de gestão ambiental e territorial da TI Andirá-Marau, nas sete (07) aldeias onde foram realizadas as reuniões de mobilização.	40 dias
5. Seminário para validação do PGTA na Assembleia do CGTSM.	03 dias
6. Edição final do caderno de mapas e do documento do PGTA.	60 dias

A participação do especialista do estudo e manejo do fogo em vegetação do Bioma da Amazônia se dá nas seguintes atividades:

- Nos dois (02) cursos de formação dos agentes ambientais indígenas*, conjuntamente com a antropóloga especialista nos Sateré-Mawé, um especialista em vegetação do Bioma Amazônico, um em meliponicultura, um especialista em fauna e um ictiólogo.
- Nas expedições de etnomapeamento das microbacias conjuntamente com os agentes ambientais indígenas, com os especialistas da equipe técnica do projeto, com os agricultores e caçadores Sateré-Mawé de cada uma das regiões nos rios Andirá, Uaicurapá, Marau, Miriti, Urupadi e Manjuru. O nº de expedições que o especialista no estudo e manejo do fogo deverá participar varia de 02 a 04.
- Nas duas (02) oficinas de trabalho para discussão da matriz de planejamento de gestão territorial e ambiental.

* Os cursos de formação dos agentes ambientais indígenas já estão confirmados nos períodos de 02 a 08/04/2018 no rio Marau, e 23 a 29/04/2018 no rio Andirá.

6. Qualificações obrigatórias e habilidades

- Formação em nível superior em ciências biológicas, ecologia, ciências ambientais, agronomia ou engenharia florestal;
- Experiência com SIG e sensoriamento remoto;
- Experiência de trabalhos com manejo de fogo com povos indígenas e/ou populações tradicionais;
- Boa capacidade de escrita e expressão oral;
- Uso avançado de GPS;
- Boa capacidade de trabalho em equipe;
- Capacidade didática para formação de agentes ambientais indígenas;
- Disponibilidade para viagens de campo na TI Andirá-Marau (municípios de Maués, Parintins, Barreirinha, Itaituba e Aveiro).

7. Objetivos da consultoria

Realizar levantamento e mapeamento das principais áreas de risco em relação aos incêndios florestais na TI Andirá-Marau durante as expedições e identificar os principais agentes causantes.

O objetivo deste estudo é contribuir com as discussões com os Sateré-Mawé, buscando soluções para o manejo adequado dos fogos, traçando linhas de ação para a gestão ambiental da TI Andirá-Marau, buscando tornar compatíveis os modos de produção tradicionais dos Sateré-Mawé e a conservação dos recursos naturais presentes na TI.

8. Funções

- Elaboração de material didático para os cursos de formação dos agentes ambientais indígenas.
- Levantamento e sistematização de dados sobre os focos de calor e incêndios florestais e suas causas na região da TI Andirá-Marau;
- Levantamento de propostas recentes e exitosas de manejo de fogos por povos indígenas condizentes com a elaboração do PGTA da TI Andirá-Marau;
- Elaboração de fichas de pesquisa e pautas de entrevistas para as expedições de etnomapeamento;
- Elaboração de material para as oficinas de trabalho.

Todas as atividades do consultor passam pela preparação de material específico para a atividade em questão, pela sistematização dos dados de campo, pelo acompanhamento do trabalho de cartografia, elaboração de relatório aprofundado, e reuniões com a equipe técnica do projeto (presenciais ou via Skype).

9. Remuneração

Será feito um contrato com o consultor por atividade desenvolvida. A remuneração será realizada por atividade, mediante apresentação de nota fiscal válida.

Estimou-se valores diferenciados para as etapas da consultoria considerando que as atividades de campo (cursos de formação, expedições e oficinas de trabalhos) demandam períodos diferenciados.

A remuneração por atividade inclui os seguintes produtos:

Produto	Porcentagem da remuneração
1) Plano de Trabalho contendo metodologia, cronograma e bibliografia preliminar.	20%
2) Relatório preliminar após cada atividade.	30%
3) Entrega e aprovação do relatório aprofundado.	50%

As despesas para a realização das atividades de campo serão custeadas pelo projeto.

10. Procedimentos para candidatura

- Envio de currículo e carta de apresentação com breve descrição da trajetória profissional, motivações de candidatura a vaga e contato de duas pessoas que possam dar referências profissionais (máximo de 02 páginas).
- A documentação deve ser enviada para o e-mail selecaocti@trabalhoindigenista.org.br com o título TR 002/2018.

11. Processo seletivo e prazos

Atividade	Período/prazo
Envio dos currículos e carta de apresentação	23/01 a 15/02/2018
Divulgação dos selecionados para entrevista (apenas as pessoas selecionadas serão contatadas, via e-mail)	19/02/2018
Período das entrevistas	19 a 23/02/2018
Divulgação do resultado final do processo seletivo	26/02/2018

As entrevistas serão realizadas em São Paulo (SP). No caso de impossibilidade de comparecimento, as entrevistas poderão ser realizadas via Skype, telefone ou meio de comunicação análogo, a critério do contratante.